

Fundo público, política social e Venezuela Bolivariana

Public fund, social policy and Bolivarian Venezuela

Vicente Neves da Silva Ribeiro*

Resumo – A formação social venezuelana é caracterizada por sua condição de exportadora de petróleo e o papel cumprido pela renda petroleira internacional captada. Busca-se debater a relação entre renda petroleira, fundo público e política social durante a história recente da Venezuela, marcada sobretudo a partir de 1999 pelo processo bolivariano. A partir de uma discussão teórica mais geral sobre fundo público e política social, busca-se compreender a especificidade assumida no período recente na Venezuela, tendo em vista o aumento da renda petroleira disponível e a centralidade atribuída à questão social pelo governo bolivariano. Como conclusão indicamos a relação entre a população trabalhadora excedente e a renda petroleira como um traço marcante do processo bolivariano, bem como a presença de significativa fuga de capitais.

Palavras-chave: Venezuela; Renda Petroleira; Fundo Público; Política Social; Processo Bolivariano.

Abstract – The Venezuelan social formation is characterized by its condition of oil exporter and the role fulfilled by the international oil rents. This paper seeks to discuss the relationship between oil rents, public fund and social policy during the recent history of Venezuela, marked since 1999 by the Bolivarian process. From a more general theoretical discussion on the public fund and social policy, it is sought to understand the specificity assumed in the recent period in Venezuela in view of the increase of available oil rents and the centrality attributed to the social question by the Bolivarian government. As a conclusion, we indicate the relation between the surplus working population and the oil rents as an important feature of the Bolivarian process as well as the presence of significant capital flight.

Keywords: Venezuela; Oil Rent; Public Fund; Social Policy; Bolivarian Process.

* Historiador. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. *Correspondência:* Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó - SC. CEP: 89802-112. Email: <vicente@uffs.edu.br>.

1. Introdução

No presente artigo buscamos debater como a especificidade da formação social venezuelana, sua condição de exportadora de petróleo, se atualiza na sua história recente a partir de algumas reflexões sobre o fundo público e a política social.

Em um primeiro momento apresentaremos uma discussão sobre o tema, dialogando com alguns autores que nos permitem aprofundar a discussão entre a ampliação do fundo público e a política social. Tendo esta referência, buscaremos realizar um pequeno roteiro de questões: luta por direitos; frações da classe dominante e fundo público; e precariado e classe média. Por fim, buscaremos evidenciar os diálogos das questões levantadas pelo processo bolivariano na Venezuela. Estaremos atentos à especificidade da constituição do fundo público venezuelano, definida pela significativa presença de um componente rentístico, bem como o aumento do volume de recursos destinado à política social a partir de 2003 até o final do governo Chávez, em 2013.

Pesquisar como a história da Venezuela contemporânea contribuiu para avivar um interesse sobre as reflexões sobre o Estado. Assim como, a condição de exportador de petróleo e a importância da apropriação do excedente petrolífero pelo Estado contribuem para esse interesse. Igualmente importante é a retomada do debate estratégico da esquerda, em especial com a chegada ao governo na América do Sul de diversas organizações historicamente vinculadas às classes populares. A questão do Estado, do governo e dos processos de transformação ganhou grande importância, em especial a partir da primeira década do século XXI.

Uma das marcas comuns não só do governo bolivariano na Venezuela mas ao conjunto dos governos chamados progressistas foi, em um contexto de aumento dos preços das exportações de produtos primários, a ampliação das políticas sociais. Mais do que isso, tais políticas transformaram-se em muitos casos na marca distintiva de tais governos, mobilizando tanto apoiadores quanto opositores. Busca-se aportar ao debate sobre tais políticas, debatendo seu lugar na reprodução da ordem do capital quanto nas lutas potencialmente emancipatórias que a adversam.

2. Estado, Fundo Público e Política Social

Buscaremos nesta primeira parte apresentar algumas reflexões sobre o Estado a partir do conceito de fundo público ou, dito de forma mais precisa, apresentar algumas reflexões sobre o fundo público a partir do conceito marxista de Estado. Se tais conceitos, Estado e fundo público, não podem ser reduzidos um ao outro, o vínculo estabelecido entre ambos é evidente.

A área do Serviço Social vem produzindo interessantes trabalhos de reflexão sobre a questão. Recusando-se a uma abordagem superficial ou apologética, a reflexão marxista nesta área contribui para dar agudeza e concretude ao debate sobre o Estado e, em especial, ao debate sobre o fundo público. A própria política social, chão no qual esta categoria profissional se localiza, é pensada em sua relação com o fundo público e a dinâmica do capitalismo contemporâneo (BEHRING, 2011; SALVADOR, 2012)

Elaine Behring e Evilásio Salvador tem como referência a obra de Ernest Mandel para abordar as características assumidas pelo Estado nesta nova fase. Para esse autor, o Estado capitalista irá se estruturar ao redor de três funções básicas: repressão, integração e promoção das condições gerais de produção. Ao longo do século XX, o raio de ação do Estado capitalista será constantemente ampliado, como atesta a parcela crescente da riqueza social por ele apropriada e redistribuída, colocando novos desafios à teoria marxista. Para Mandel (1982) esta última teria se dedicado sobretudo à análise das funções repressivas e integradoras do Estado capitalista, deixando em aberto a investigação de seu papel na promoção das condições gerais de produção.

Já em suas análises da dinâmica do capitalismo e, em especial, das contradições existentes entre uma estrutura cada vez mais socializada e a apropriação privada, Engels identificou no final do século XIX o papel crescente assumido pelo Estado, em muitos casos com a apropriação estatal de atividades essenciais. Tal processo não alteraria por si o capitalismo, tendo em vista que o Estado funcionaria como um “capitalista total ideal”, mas entretanto colocaria como tendência os limites do capitalismo (ENGELS, 2015).

Ao longo do século XX, efetivamente, para fazer frente às contradições do modo de produção capitalista, o Estado assumiu um vasto leque de funções, ampliando a parcela da riqueza social apropriada e redistribuída pelos seus canais. Cada vez mais o Estado cumpre papel decisivo nos interesses de classe gerais dos capitalistas, não somente através de suas funções repressivas e integradoras mas igualmente na promoção das condições gerais de produção. Apesar da retórica anti-estatal entoada por certos aparelhos privados de hegemonia capitalista, este é absolutamente indispensável para a acumulação de capital, estando tal retórica muito mais destinada a um disciplinamento da ação estatal do que à sua redução. Esta necessidade está inscrita na própria natureza do capital.

O capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações; precisa de uma instituição independente, baseada nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto pela necessidade de produzir (sua própria) mais-valia. Essa instituição independente, “ao lado, mas fora da sociedade burguesa”, pode, baseada simplesmente no capital, satisfazer as necessidades imanentes negligenciadas pelo capital. [...] O

Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital “ao lado, mas fora da concorrência” (ALTVATER apud MANDEL, 1982, p. 336).

A pedra de toque da teoria marxista é o caráter de classe do Estado. Desta forma, uma das questões chave será sua autonomia relativa, necessária tanto para reproduzir seu caráter de classe quanto para exercer suas funções. Para Mandel,

[...] a autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista; mas essa mesma predominância impede que essa autonomização deixe de ser relativa (1982, p. 337).

O aumento do papel do Estado na reprodução das condições gerais de produção incrementa o protagonismo da ação estatal em relação à ação mais ou menos fragmentada dos capitalistas. Esta autonomia não atenua seu caráter de classe, tendo em vista que crescentemente, a ação estatal é incorporada de forma cada vez mais orgânica ao processo global de reprodução do capital.

Se o Estado nunca pode ser compreendido fora da luta de classes, esta passa a se inscrever cada vez mais dentro de seu aparelho, e se expressar nos seus próprios termos, expressando a disputa pelo excedente cada vez mais pelo intermédio do fundo público. A canalização dentro do aparelho de Estado das contradições sociais permite torná-las mais funcionais à reprodução global do capital. É neste contexto que ocorre uma ampliação crescente das funções sociais do Estado.

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou um impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista. (MANDEL, 1982, p. 338-339).

Seguindo essa trilha, Elaine Behring vai destacar a necessidade de uma compreensão da política social para além do binômio conquista/

concessão e buscará compreender seu lugar para a promoção das condições gerais de produção. Se no processo imediato de inscrição da política social no marco normativo do aparelho de Estado, o binômio conquista/concessão aparece como dominante, as determinações que permitem explicar seu sentido e alcance dependerão crescentemente de sua relação com as condições gerais de produção.

A autora destaca o aspecto contraditório da política social, pois tanto expressa o acesso à direitos pelos trabalhadores quanto contribui para a reprodução do capital (BEHRING, 2012, p. 178). Tal visão contribui para questionar uma visão da política social tão somente como resultado das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, não situando a importância dessa para a reprodução global do capital; mas igualmente questiona visões que perdem de vista sua condição de expressão da luta dos trabalhadores e da nada irrelevante questão de quais direitos serão ou não garantidos desde a ação estatal.

A política social passa a ocupar um lugar permanente no fundo público e justamente a luta de classes passará a se expressar em um conjunto de disputas para afirmar como se dará a articulação das várias dimensões desta política: salário social, qualificação da força de trabalho, realização do mais-valor, novo território de acumulação, contenção da sobrepopulação relativa.

3. Roteiro de questões para a discussão do fundo público A luta por direitos e o fundo público

Corre em paralelo a luta por direitos sociais e a ascensão do fundo público. De alguma maneira, a linha de menor resistência passou a pressionar por uma ampliação do fundo público visando incorporar uma gama crescente de direitos sociais. Conforme já indicamos acima, o que poderíamos chamar de legislação social é tanto expressão das lutas quanto das condições gerais de produção do capital. Novamente, as lutas populares não são externas à reprodução do capital, mas estão inscritas em sua dinâmica, definindo-lhe limites, mas ao mesmo tempo sendo pautadas pelo seu processo de reprodução. Por mais que não sejam plenamente solúveis no capital, tais lutas terão uma efetividade diferenciada de acordo com sua possibilidade de canalização e recuperação para a reprodução da ordem.

A ofensiva neoliberal se caracterizou por colocar em questão esses direitos e mais do que isso, a solapar a sociabilidade que permitiu sua emergência. Uma nova rodada de expropriações atinge os trabalhadores. Segundo Chico de Oliveira (1998), tal processo teria atingido o poder de negociação dos trabalhadores nos locais de trabalho e menos o volume de recursos destinado à política social. Tais recursos se tornam necessários, tendo em vista que estas novas expropriações pressionam parcelas crescentes da po-

pulação para a dependência da política social para sua reprodução. Por outro lado, o conteúdo da política social é disputada, visando inseri-la de forma mais estreita no circuito de valorização.

Frações capitalistas

Embasado na tradição marxista e especialmente na formulação realizada por Poulantzas (2000), a classe dominante deixa de ser compreendida como um todo unívoco, e passa a ser vista como um conjunto de frações que necessitam constantemente articular sua unidade. O aparelho de Estado será a arena desses conflitos e ao mesmo tempo o lugar no qual podem constituir-se os compromissos que asseguram essa unidade.

Para tal abordagem, a existência de frações na classe dominante será um elemento importante para compreender sua atuação política, em especial a interação estabelecida entre seus aparelhos privados de hegemonia e o Estado restrito. Tal abordagem permitirá ver com clareza esse movimento de conflito e unidade que caracteriza a classe capitalista e a importância do Estado para criar o terreno de luta e compromisso necessário à reprodução de cada uma das frações e da dinâmica do capitalismo.

As mudanças no capitalismo afetam as frações e seu lugar no bloco no poder. O que nos interessa debater igualmente é se tais transformações afetam de alguma maneira as linhas divisórias entre as frações. Sobre essas mudanças mais gerais, afirma Virgínia Fontes (2010, p. 155):

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva “união íntima” entre capitais de quaisquer origem, embora de outro tipo, que, progressivamente, perderia o formato de uma união evidente entre “espécies” diversas de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da pura propriedade de recursos sociais de produção. Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relações entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos.

Considerando o movimento que vai da união íntima à pura propriedade: como tais mudanças afetam os critérios para demarcar as frações da classe dominante? Considerando a ascensão da importância do fundo público: a posição frente a este não ganharia relevância para delimitar as frações?

Neste contexto, identifica-se a emergência de aparelhos privados de hegemonia nos quais divisões como fração agrária, industrial, bancária, perderiam relevância. Mantendo tais delimitações, poderíamos pensar numa perda de importância da divisão da classe capitalista em frações em prol de uma unidade mais orgânica da classe capitalista, unida em torno da pura propriedade. Entretanto, como aponta Virgínia Fontes, não se trata de uma diminuição das tensões inter-burguesas, mas sim de uma reconfiguração sobre quais divisões as exprimem mais centralmente: divisão funcional (capital bancário, comercial, fabril), divisão por tamanho (pequeno, médio, grande), por escala de atuação (local, regional, nacional, multinacional), por tipo de acesso ao sobretrabalho (renda x lucro). Assim, se o movimento caminha nessa direção não é possível restringir a análise das contradições dentro da classe dominante a frações estabelecidas de forma estática.

Precariado e classe média

Esse mesmo debate pode ser realizado para a classe trabalhadora. Para isso, é igualmente necessário questionar pelo menos duas categorias que tendem, no limite, a diminuir a importância do proletariado no capitalismo contemporâneo ao retirar do seu âmbito alguma de suas parcelas constitutivas, por diferenças na sua remuneração, formalização, estabilidade da relação de trabalho, etc. São elas o precariado e a classe média.

A discussão apresentada por Ruy Braga (2014) sobre o precariado é elucidativa. Dialogando com os autores que situam as novas condições sob as quais se realiza o trabalho como as bases para uma nova classe social, Braga demonstra como se trata não de uma nova classe mas justamente dos segmentos mais precarizados da própria classe trabalhadora. Manter tal setor como parte do proletariado, permite uma visão menos dependente de formas particulares como tal condição de classe se manifesta, por exemplo, com um grau elevado de regulamentação da exploração mediante uma certa configuração do contrato de trabalho.

O conceito de classe média, como o que esteve presente no discurso de “país de classe média”, abarca trabalhadores que, tomando como referência o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, sequer atingem o patamar básico para reproduzir sua força de trabalho em condições normais. Entretanto, mesmo para os setores da população cujo salário lhes permite reproduzir-se acima das condições normais, segmento que, diga-se de passagem não se incrementou durante o ciclo de governos progressistas, situá-los fora da classe trabalhadora retira outra parcela importante da classe trabalhadora, indispensável para sua compreensão e para a dinâmica do capitalismo.

A reflexão marxiana sobre o tema é de crucial importância, em especial quando aborda a sobrepopulação relativa (MARX, 2013; KABAT, 2009; MATTOS, 2013). Longe de uma compreensão estreita do proletariado,

Marx apresenta uma visão que une na mesma classe ocupados e não ocupados, diretamente produtivos e improdutivos, etc. Essa concepção ampla do proletariado é necessária para sua explicação da lei geral da acumulação capitalista. Tendo como ponto de partida essa concepção ampla de proletariado, daí é possível ancorar a discussão sobre as frações de classe, considerando que as citadas diferenças nas diversas dimensões da classe serão decisivas para uma aproximação mais concreta de sua dinâmica.

Tais apreciações são de grande importância para a compreensão da Venezuela contemporânea. Assim como para os demais países da América Latina, a formação social venezuelana é caracterizada por vastas parcelas da classe trabalhadora não vinculadas a relações formais de trabalho, imersas na informalidade e no trabalho por conta própria. Por outro lado, os setores da classe trabalhadora inseridos em relações de exploração com maior formalidade e estabilidade são muitas vezes identificados e auto-identificados como classe média.

A tendência a cindir a classe trabalhadora em três ou mais partes, enfatizando suas diferenças no terreno do consumo, tem uma base real desde a qual se erige. Entretanto é prisioneira de uma visão fragmentária do processo social, podendo reproduzir ao infinito novas divisões que perdem de vista o papel da classe para a compreensão da dinâmica do capitalismo. Mais do que isso, tal visão é fundamental para fortalecer como diferenças antagônicas os traços que constituem a variada morfologia da classe trabalhadora. A funcionalidade ideológica desta perspectiva não pode ser subestimada, pois traça fronteiras intransponíveis entre os diversos segmentos de trabalhadores, dificultando o estabelecimento de relações de solidariedade.

4. Fundo público, política social e Venezuela bolivariana Política social venezuelana e fundo público

O processo bolivariano se caracteriza por uma ampliação da política social, especialmente voltada para os segmentos mais pobres da população. Este processo esteve sustentado em uma ampliação do fundo público, não através de um aumento do excedente produzido internamente apropriado pelo Estado, mas devido ao aumento do excedente petroleiro arrecadado enquanto renda. Este será um elemento decisivo. Mais do que um processo de redistribuição através de uma maior progressividade na tributação, trata-se de uma distribuição de uma renda petroleira internacional, produzida no âmbito do mercado mundial e captada pelo Estado venezuelano na condição de proprietário de um recurso natural.

A explicação das características e amplitude dos segmentos mais pobres da população deve ser lida desde o conceito de população trabalhadora excedente para o capital. Como veremos, a renda petroleira permitirá

melhorar as condições de vida deste setor sem modificar as determinações estruturais que o reproduzem.

É decisivo abordar a política social para além dos próprios termos nos quais se apresenta, isto é, do discurso e das informações produzidos sobretudo desde o aparelho de Estado. Seguindo as indicações adiantadas anteriormente, buscaremos dialogar com os autores que situam a relação entre política social, renda petroleira e sobrepopulação relativa.

A tese apresentada por Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) é que a política social venezuelana está voltada à contenção da crescente população excedente para o capital. Realizando uma interessante comparação entre Argentina e Venezuela, os autores defendem que durante o período neoliberal já poderia ser identificado um aumento do gasto social, que veio a ser intensificado durante o período chavista e kirchnerista. A mudança realizada durante tais governos, fundamentalmente quantitativa, estaria vinculada ao aumento da apropriação da renda da terra internacional pelo Estado.

Para o caso venezuelano, podemos relacionar essa situação com a crise da acumulação de capital sustentada na apropriação da renda petroleira que ocorre desde o final da década 1970. Como demonstra Asdrúbal Baptista (2010), o capitalismo rentístico a partir de determinado momento deixa de potencializar a acumulação de capital em território venezuelano, quando medida pela formação bruta de capital fixo. Desta forma, uma parcela crescente do orçamento público deverá ser destinada à população trabalhadora excedente, que não é empregada diretamente pelo capital ou é remunerada abaixo do necessária para sua reprodução. E tão importante quanto isso é a fuga estrutural de divisas que caracteriza o país e que atinge sua máxima potência nos períodos de auge petroleiro (MEDINA SMITH, 2004; SUTHERLAND, 2016).

Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) defendem a inexistência de mudanças radicais na política social, indicando a existência somente de uma ampliação do gasto social, aprofundando uma tendência existente no período neoliberal. Seria necessário destacar, entretanto, que a ampliação da renda petroleira disponível foi objeto de aguda disputa política entre os anos 2001 e 2003 não se tratando, portanto, de mero resultado do aumento dos preços do petróleo. Assim, a retomada da estratégia de maximização da renda petroleira se enfrentou com uma estratégia de acumulação do capital no setor petroleiro, dentro e fora das fronteiras da Venezuela, que reservava ao proletariado venezuelano a manutenção de sua condição excedente para o capital e uma deterioração contínua das suas condições de vida. Compreender essa tensão e a forma como tal disputa ocorreu entre os anos 2001 e 2003 será decisivo para caracterizarmos o processo bolivariano.

Em todo caso, apreciação de Seiffer, Kornblihtt e de Luca é bastante interessante, pois questiona uma visão excessivamente otimista da ampliação do gasto social. O projeto bolivariano, expresso na Agenda Alternativa

Bolivariana, estava ancorado em uma ampliação da arrecadação fiscal petrolífera e no pagamento da chamada dívida social, produzindo um ponto cego para as reflexões críticas. Nada mais representativo desta visão do que a apresentação do aumento do gasto social como percentual do gasto público total como uma evidência conclusiva do processo de transformação social em curso.

Como alguns textos de Jorge Giordani (2009) indicam, a necessidade de resolver necessidades urgentes da população, pela via do consumo, foi priorizada frente a investimentos que permitissem ampliar a capacidade produtiva do país. Uma parcela crescente da população venezuelana que vivia em condições de pobreza e pobreza extrema ampliou seu nível de vida, passando a um acesso ampliado à alimentação, educação e saúde. Entretanto, tais políticas estiveram dependentes de uma renda petrolífera crescente, como tornou-se dramaticamente evidente a partir da queda dos preços do petróleo em 2014.

Nesse contexto de melhoria de vida da população trabalhadora, em especial a parcela não empregada diretamente pelo capital, os capitalistas venezuelanos se movimentaram para se apropriar de parcela crescente da renda petrolífera e realizar uma das mais significativas fuga de capitais da história (SUTHERLAND, 2016). O processo de acumulação venezuelano tendeu a exportar capital ao longo dos anos, mesmo em um contexto de controle de câmbio. Tais regulações não foram capazes de impedir que ao longo dos últimos anos os recursos em contas no exterior de venezuelanos aumentassem de forma crescente.

Burocracia e fundo público

Conforme indicamos acima, o fundo público venezuelano tem como característica um significativo componente rentístico. Isto o torna agudamente dependente do mercado mundial e relativamente independente dos processos produtivos realizados no âmbito nacional. Esta situação nos permite colocar a especificidade da autonomia relativa do Estado venezuelano e igualmente a autonomia relativa que a burocracia pode deter em certas circunstâncias.

Entretanto, a autonomia da burocracia rentista está centrada menos no seu controle sobre os processos de produção e circulação internos e mais sobre a apropriação primária do excedente petrolífero na forma monetária. Desta forma, a distribuição e circulação do provento rentístico obedece a determinações que tendem a direcioná-lo para os capitalistas. Esta será basicamente a tese de Asdrúbal Baptista: o lucro excedente do setor petrolífero se tornará lucro excedente do setor não-petrolífero, mediado pela sua apropriação enquanto renda pelo Estado (2004).

O processo bolivariano a partir de 2003 irá se caracterizar por um controle de câmbio que será mantido durante um auge petrolífero. Fato

pouco usual na história venezuelana, os controles de câmbio anteriores ocorreram em período de queda da renda petroleira disponível. Isso permitiu que a burocracia obtivesse uma maior autonomia, pois não estava regulando o acesso à escassez de divisas e sim a uma verdadeira enchente de petrodólares.

Podemos falar de modalidades diferenciais de autonomia da burocracia e a partir desta visão analisar de forma mais detida a relação desta com os capitalistas. Para pensar essa relação podemos contrastar com a seguinte citação de Mandel (1982, p. 345):

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho de Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica da máquina estatal – segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele – continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos mar-xistas mais recentes sobre essa questão.

Justamente a sustentação fiscal do aparelho de Estado na Venezuela detém características específicas que lhe conferem uma modalidade diferencial de autonomia em relação aos capitalistas. Mas esta modalidade de autonomia relativa em relação aos capitalistas nacionais tem como contraparte uma ampliada dependência do capital global, do mercado mundial. Mais do que isso, a renda petroleira internacional é uma parcela do dinheiro mundial apropriada devido à propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza e no curso de apropriação mudará suas formas sem perder seu conteúdo.

Estas características irão determinar a forma como essa burocracia atuará para ampliar seu poder, não só convertendo-o em dinheiro, mas aprofundando, por vezes, essa condição e transitando ela mesma para a condição capitalista. Considerando as características do excedente apropriado, uma renda da terra internacional, não é surpreendente que sua acumulação ocorra no exterior

Proletariado e capitalismo rentístico

A situação da classe trabalhadora venezuelana revela algumas características importantes. Por um lado, um alto grau de proletarização e por outro um conjunto de diferenciações que dão lugar a diferentes frações. Como afirmam De Luca, Seiffer e Kornblitt:

Lejos de ser homogénea, se trata de una clase obrera atravesada por diferentes fracciones producto del tipo de fuerza de trabajo que venden, o incluso del hecho de que ésta pueda o no venderse en condiciones normales. Es decir, dichas divisiones están determinadas por el carácter del capital que las emplea (o desemplea).

En este sentido, observamos que la historia venezolana está marcada en las últimas décadas por un colapso económico producto de una mayoría de capitales que, incapaces de sostener la productividad media, quedan relegados en la competencia internacional. El resultado, como veremos, es un aumento de las fracciones de la clase obrera que el capital no explota en forma directa (desempleo abierto), o que lo hace en condiciones peores a la media mundial (sobreeempleo, empleo informal, empleo público, y en ramas de producción obsoletas). (DE LUCA; SEIFFER; KORNBLIHTT, p. 159, 2013).

Os autores explicam o colapso existente pela incapacidade da maioria dos capitais sustentar a produtividade média e serem competitivos em nível mundial. Ao longo do século XX, os processos desenvolvimentistas se basearam numa transferência dos setores que capturam a renda da terra internacional para sustentar o processo de acumulação em setores com produtividade abaixo da média mundial, como o setor industrial. Este processo ocorreu de forma marcante na Venezuela através de diversos mecanismos de transferência: baixa carga fiscal, crédito subsidiado, demanda efetiva garantida, barreiras alfandegárias às importações de certos bens finais, subsídios cambiais às importações de insumos, máquinas e equipamentos. De acordo com os autores, assim como nos demais países latino-americanos o processo de expansão industrial se dá por meio de transferências de uma renda da terra internacional associada ao setor primário-exportador, no caso da Venezuela, o setor petrolífero.

Esse processo se detém no final da década de 1970 com aquilo que Baptista chama de colapso da acumulação rentística de capital. Em que pese um conjunto de políticas para sustentar a acumulação de capital no setor industrial, o auge petrolífero da década de 1970 tem como consequência uma sobreacumulação de capital que tendeu a incrementar a fuga de divisas (traço estrutural da economia venezuelana acentuado em período de auge) e uma queda abrupta do investimento.

Se existe uma quase total proletarianização da força de trabalho na formação social venezuelana, parcela expressiva desta não é diretamente explorada pelo capital, entre os quais se encontram um vasto contingente de servidores públicos (atualmente cerca de um terço assalariados) e um perene setor de trabalhadores por conta própria, ao qual voltaremos mais adiante.

O colapso da acumulação rentística de capital tem como uma de suas evidências a queda da população formalmente assalariada. Ater-se à presença do contrato formal de trabalho para uma definição do assalariamento e até mesmo da proletarianização oculta a manutenção de um vasto proletariado, expropriado, inclusive, de determinado quadro jurídico para sua exploração (FONTES, 2010). Tal situação não atenua em nada sua condição proletária, pelo contrário, aprofunda tal condição ampliando o grau de exploração.

Conforme indicamos mais acima, uma das chaves do debate sobre o grau de proletarianização da população venezuelana são os setores definidos

nos levantamentos do Instituto Nacional de Estatística como trabalhadores por conta própria, os cuentapropistas. Visando identificar a condição proletária deste segmento, De Luca, Seiffer e Kornblihtt (2013, p. 162) analisam a média de remuneração dos cuentapropistas em relação à média salarial e evidenciam que esta encontra-se permanentemente por baixo, oscilando entre 65%-75% da remuneração dos assalariados. Constitui-se uma evidência interessante do caráter proletário deste setor, não permitindo assimilá-lo à produção mercantil simples.

Em poucas palavras, a Venezuela se caracteriza por uma extensa e aprofundada proletarização de sua população, pela magnitude da sobrepopulação relativa e pelo papel cumprido pela renda petroleira para conter as consequências desta brecha.

Justamente este papel será acentuado pelo colapso da acumulação rentística de capital. Uma parcela crescente da população deverá submeter-se à condições de exploração ainda mais violentas, tendo em vista a ausência de contrato de trabalho. Outra parte deverá reproduzir-se trabalhando por conta própria, sem atenuar de nenhuma maneira sua condição proletária.

5. O processo bolivariano como resposta ao colapso do capitalismo rentístico: renda petroleira e política social

O colapso do capitalismo rentístico no final da década 1970 deteriorou as condições de vida da maioria da população, especialmente a partir do momento em que a renda petroleira não foi capaz de sustentar a sobrepopulação relativa gerada pelo colapso. Pouco antes das eleições de 1998 e com o preço do petróleo aproximando-se em termos reais dos patamares anteriores à década de 1970, a maioria da população foi jogada na pobreza e na pobreza extrema. O programa de Hugo Chávez vai crescentemente se sustentar na busca da ampliação da arrecadação fiscal petroleira para pagar a, assim chamada, dívida social. Estes dois elementos serão decisivos para compreender o processo bolivariano. Por um lado, o caminho para expandir a arrecadação estatal passava por uma dupla estratégia que afirmava a propriedade nacional sobre o petróleo tanto frente aos países consumidores quanto frente à empresa pública extratora, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). O governo Chávez encabeçou uma retomada da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, diminuindo de forma coordenada a extração de petróleo e realizando uma estratégia de bandas, com um piso e um teto nos preços do petróleo que permitiria aos países exportadores regularem sua oferta de petróleo no mercado mundial. Expressão deste novo momento foi a realização da II Cúpula da OPEP em Caracas. Os preços do petróleo dependem de um conjunto de variáveis nas quais se incluem, para além de seus aspectos físicos de oferta, demanda, investimentos, um componente especulativo importante, dificultando estabelecer uma cau-

salidade linear para a dinâmica dos preços do petróleo. Entretanto, é possível afirmar que o aumento dos preços do petróleo ocorrido na virada do século esteve relacionada à maior coordenação dos países de exportadores, ainda que os aumentos posteriores se devam em grande medida a outros fatores.

A afirmação da propriedade nacional seria realizada igualmente na sua relação com a PDVSA, empresa petroleira que tem como único acionista o Estado venezuelano. A crise dos anos 80 e 90 assistiu a emergência de uma estratégia própria da petroleira, centrada na sua expansão como empresa global em detrimento de sua contribuição fiscal. O caminho seguido pelo governo foi através da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001, ampliando os *royalties*, impostos fixos que dependem dos preços e volumes exportados, em detrimento dos impostos cobrados após a dedução dos custos, incidindo somente sobre o excedente de exploração. A aprovação desta lei e a nomeação de uma nova junta diretiva para PDVSA foi decisiva para abrir um período de agudas disputas no qual, em contexto polarizado e com alto grau de mobilização entre ambos os campos, a Venezuela viveu entre marchas e contramarchas e ocasionalmente entre golpes e contragolpes.

Este será o eixo orientador do governo bolivariano: pagar a dívida social através de um conjunto de políticas sociais sustentado na expansão da renda petroleira. A questão social venezuelana está estreitamente relacionada à sobrepopulação relativa, ampliada pelo colapso da acumulação rentística de capital. O novo ciclo aberto a partir de 2003, ao qual às políticas de aumento da arrecadação fiscal petroleira se somam a um aumento sustentado dos preços do petróleo, se caracterizará pela criação de políticas sociais massivas e pela elevação do nível de vida de amplas parcelas da população. Durante esse ciclo, inaugurado por um violento enfrentamento aos setores empresariais e gerenciais da Venezuela e sustentado em uma crescente renda petroleira, emerge uma perspectiva socialista.

Excede os limites deste trabalho realizar um estudo mais detido sobre os sentidos do socialismo presentes no processo bolivariano. Há indicações importantes que, tanto pelas as políticas públicas quanto pela compreensão de grande parte da população, sua definição passa pela centralidade da política social. Como vimos acima, a emergência da “questão social” é inerente à história do capitalismo e está associada ao aumento de uma sobrepopulação relativa. Justamente, os mecanismos que provocam tal aumento não foram colocados em questão, restringindo-se a uma ampliação dos recursos destinados a mitigar suas consequências.

Considerações finais

O processo bolivariano se apresenta como a emergência de um sujeito político, o povo bolivariano, que afirma-se como proprietário de uma riqueza natural e pode, graças a isso, melhorar suas condições de vida.

Justamente mora aí o potencial e o limite desse processo. Essa melhoria das condições de vida é dependente de uma ampliação da capacidade de compra no mercado mundial sustentada pela renda petroleira internacional. Destaca-se ainda que parcela crescente desta renda tenderá a se acumular no exterior, mediante uma fuga de capitais acentuada durante o período de auge petroleiro. Esse limite, já intuído no período do auge petroleiro e vivido hoje de forma dramática, se funda em não ter superado sua condição estruturalmente dependente de um processo de acumulação de capital incapaz de incorporar parcelas crescentes da sua população trabalhadora, podendo eventualmente mitigar sua condição de forma temporária pela presença massiva da renda petroleira.

A reflexão crítica sobre Estado, fundo público e política social desenvolvida na área do Serviço Social brasileiro tem grande contribuição para a explicação do processo bolivariano. Pensar criticamente desde a própria contradição, como o fazem alguns de seus intelectuais, permite nos aproximar das experiências do ciclo de governos de esquerda da América Latina, focando não tanto em suas mais evidentes debilidades, mas sim nas suas aparentes fortalezas. A crise vivida atualmente pela Venezuela dá a medida da urgência dessa reflexão para as lutas emancipatórias dos trabalhadores.

Referências

BAPTISTA, A. *Teoriã econoimica del capitalismo rentiistico*. Caracas: BCV, 2010.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, p. 153-180, 2012.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul Global. *Revista Outubro*, n. 22, p. 35-61, 2o Sem. de 2014.

DE LUCA, R.; SEIFFER, T.; KORNBLIHTT, J. Gasto social y consolidación de la sobrepoblación relativa durante el chavismo (1998-2010). *Revista de Estudios Sociales*, n. 46, p. 158-176, mai-ago de 2013.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FONTES, V. *Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GIORDANI, J. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

KABAT, M. La sobrepoblación relativa. El aspecto menos conocido de la concepción marxista de la clase obrera. *Anuario CEICS 2009*, Buenos Aires, 2009, p. 109-128.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *O capital*. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n.21, 2º Sem. de 2013.

MEDINA SMITH, E. J. *La fuga de capitales en Venezuela, 1950-1999*. Caracas: BCV, 2004.

OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financerização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, p. 123-152, 2012.

SEIFFER, T.; KORNBLIHTT, J.; DE LUCA, R. El gasto social como contención de la población obrera sobrante durante el kirschnerismo y el chavismo (2003-2010). *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 25, n. 1, p. 33-47, 2012.

SUTHERLAND, M. 2016: la peor de las crisis económicas, causas, medidas y crónica de una ruína anunciada. Caracas: CIFO, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2017.32753

Recebido em 01 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 23 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.